

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020, EM ATENDIMENTO AO ARTIGO 9º DA LRF 101/2000.

Aos vinte e oito dias do mês de setembro de 2020, às quatorze horas no recinto da Câmara Municipal de Dourado - SP, realizou-se a audiência pública em atendimento ao disposto no § 4º do artigo 9º e ao parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº. 101/00. A presente audiência foi devidamente divulgada através de edital publicado no Diário Oficial do Município, no mural da Prefeitura Municipal e no site oficial da mesma com a finalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre do ano de 2020. Os trabalhos foram coordenados pelo senhor Benedito Antonio Baptista, Diretor do Departamento de Finanças da Prefeitura de Dourado e auxiliado pelo Sr. Paulo Henrique Grego, contador da Prefeitura Municipal de Dourado. Iniciou-se os trabalhos comunicando que as informações foram extraídas do Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido. Em seguida passou a apresentar as metas realizadas no segundo quadrimestre do exercício de 2020, primeiramente analisando o quadro demonstrativo das receitas comparando-se no quadrimestre a receita prevista com a arrecadada, conforme segue: Receita (líquida) prevista R\$ 12.121.226,06; Receita Arrecadada(líquida)= R\$ 11.690.501,47, demonstrando que a Receita Arrecadada ficou R\$430.724,59, abaixo da Receita Prevista para o período. Na sequência foram analisadas as despesas públicas relativas ao segundo quadrimestre/2020. Na análise do confronto das Receitas Arrecadadas de janeiro a agosto na importância de R\$ 24.529.325,96 com as Despesas Liquidadas no mesmo período = R\$ 23.826.870,33, sendo relativa a Câmara Municipal o valor de R\$ 588.716,73, verifica-se um superávit de R\$ 702.455,63. Comparando-se a receita arrecada com a despesa empenhada, no valor de R\$ 27.901.795,81, no período de janeiro a agosto/2020, temos um déficit orçamentário de R\$ -3.372.469,85. Lembrando-se que no exercício de 2019 houve um superávit de R\$ 2.498.754,21, reduzindo o déficit para R\$ --873.715,64. Da análise do Resultado Primário e Nominal apurado até o segundo quadrimestre, conforme RREO Anexo 6. Resultado Primário apurado até o segundo quadrimestre foi de R\$ 943.115,65; Resultado Nominal apurado até agosto/2020 foi de R\$ -2.129.557,34. Em relação a Inscrição em Restos a Pagar, conforme anexo 7 do RREO, no segundo quadrimestre apresentou o saldo de R\$ 239.986,55; Dívida Pública Consolidada – O endividamento a Longo Prazo, representado pela dívida previdenciária – INSS, parcelada, e pelo financiamento junto ao Desenvolve SP, vale destacar a que a mesma vem sendo reduzida, tendo em vista que apresentou um saldo em 31/12/2019 no valor de R\$ 607.370,59, em 31/08/2020 apresentou o saldo no valor de R\$ 317.360,59. Foi informado que a referida dívida é composta pelo parcelamento junto à Previdência Social - INSS e operações de crédito - financiamento de ativo permanente junto à Agência de Desenvolvimento Paulista – “Desenvolve São Paulo”. Em sequência, foram demonstrados os índices exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme segue: Despesas com Pessoal - Poder Executivo: conforme artigo 54 e 55 da LRF, apresentou um índice de despesas com pessoal correspondente a 50,04%, da R.C.L. apurada; A despesa com pessoal da Câmara Municipal apurou-se um índice de 2,03% da Receita Corrente Líquida, conforme dados extraídos do Relatório de Gestão Fiscal. Consta-se que os limites fixados pela mesma lei federal e pelo artigo 29-A da Constituição Federal, em seu § 1º foram cumpridos. No concernente a Saúde a lei determina que seja aplicado o mínimo de 15,00% das Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais conforme a LC 141/2012, tendo sido aplicado 26,37%, da referida receita; Em relação a Educação, a legislação determina que seja aplicado o mínimo de 25,00 % da Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino constatou foram aplicados 38,94%. Quanto ao FUNDEB foi aplicado com remuneração dos profissionais do magistério 78,34%, da receita total do FUNDEB no valor de R\$ 2.731.510,11. Assim, após explanação dos quadros demonstrativos das Metas Fiscais, foi colocada livre a palavra e como ninguém quisesse fazer uso da palavra e nada mais havendo a ser tratado a presente audiência pública foi encerrada e lavrada a presente ata, que após lida e achada conforme vai assinada pelos presentes.

Bestiz cabral